

---

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – Conceitos Preliminares.....</b>	<b>1</b>
1.1 Noções fundamentais.....	1
1.1.1 Normas, norma jurídica, direito e direito constitucional.....	1
1.1.2 Sistemas jurídicos: romano-germânico/ <i>civil law</i> e <i>common law</i> ....	3
1.1.3 Direito e direitos .....	6
1.2 Constitucionalismo: uma nota.....	9
1.3 Constituição e classificações.....	13
1.4 Direito, justiça e Constituição.....	21
1.5 Direito, Constituição e democracia.....	26
1.6 Enunciado normativo e norma.....	28
1.7 Espécies normativas: princípios e regras .....	30
1.8 Direito público e direito privado .....	37
1.9 Normas jurídicas e normas constitucionais: características .....	42
1.10 Eficácia jurídica e aplicabilidade.....	50
1.10.1 Modalidades de eficácia jurídica.....	54
1.10.1.1 Modalidade de eficácia jurídica: simétrica ou positiva....	55
1.10.1.2 Modalidade de eficácia jurídica: nulidade .....	55
1.10.1.3 Modalidade de eficácia jurídica: ineficácia .....	56
1.10.1.4 Modalidade de eficácia jurídica: anulabilidade.....	57
1.10.1.5 Modalidade de eficácia jurídica: negativa.....	57
1.10.1.6 Modalidade de eficácia jurídica: vedativa do retrocesso....	58
1.10.1.7 Modalidade de eficácia jurídica: penalidade .....	62
1.10.1.8 Modalidade de eficácia jurídica: interpretativa.....	63
1.10.2 Eficácia jurídica, aplicabilidade das normas constitucionais e algumas classificações.....	67
1.11 Efetividade.....	72
1.12 Interpretação constitucional.....	72
1.13 Direito constitucional.....	80
<b>Capítulo 2 – História Constitucional Brasileira.....</b>	<b>83</b>
2.1 O Império .....	83
2.2 Constituição de 1891.....	84
2.3 Constituição de 1934.....	85
2.4 Constituição de 1937.....	86
2.5 Constituição de 1946.....	88

2.6	Constituição de 1967/69 .....	89
2.7	A constituinte de 1987/88, antecedentes da Constituição de 1988 e as primeiras décadas .....	90
<b>Capítulo 3 – Poder Constituinte .....</b>		<b>97</b>
3.1	Poder constituinte originário .....	97
3.2	Poder constituinte derivado ou reformador.....	101
3.3	Poder constituinte decorrente.....	105
<b>Capítulo 4 – Direito Constitucional Intertemporal.....</b>		<b>107</b>
4.1	A Constituição nova e a Constituição anterior.....	109
4.2	A Constituição nova e a ordem infraconstitucional anterior .....	110
4.3	A Constituição nova e as posições subjetivas anteriores.....	114
4.4	A Constituição de 1988 e a disciplina do direito intertemporal.....	118
4.5	As emendas constitucionais, a Constituição e a legislação infraconstitucional anterior .....	119
<b>Capítulo 5 – Princípios Constitucionais e seus Corolários.....</b>		<b>121</b>
5.1	República (art. 1º, <i>caput</i> ) .....	121
5.2	Democracia (art. 1º, <i>caput</i> ).....	126
5.3	Estado Democrático de Direito (art. 1º, <i>caput</i> ) .....	131
5.4	Dignidade humana (art. 1º, III) .....	134
5.5	Bem-estar social (art. 3º, IV).....	140
5.6	Prioridade para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, e art. 170) .....	141
5.7	Soberania nacional (art. 1º, I, e art. 170, I).....	142
5.8	Livre-iniciativa (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i> ) .....	144
5.9	Valorização do trabalho humano (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i> ) .....	149
5.10	Solidariedade (art. 3º, I) .....	151
<b>Capítulo 6 – Direitos Fundamentais .....</b>		<b>153</b>
6.1	Teoria dos direitos fundamentais .....	153
6.1.1	Nomenclatura.....	153
6.1.2	Centralidade da pessoa humana e de seus direitos .....	154
6.1.3	Destinatários dos direitos fundamentais .....	157
6.1.4	Destinatários dos deveres fundamentais que os direitos ensejam..	159
6.1.5	Garantias dos direitos fundamentais.....	163
6.1.6	Interpretação, eficácia e aplicação dos direitos fundamentais .....	169
6.1.6.1	Restrições aos direitos fundamentais .....	182
6.1.6.2	Direitos fundamentais e custos .....	184
6.2	O sistema constitucional dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 .....	191

6.3	Direitos fundamentais em espécie .....	198
6.3.1	Direito à vida .....	198
6.3.2	Direito de não ser torturado ou submetido a tratamento desumano e degradante/Direito à integridade física e moral.....	204
6.3.3	Direito à imagem e à honra .....	206
6.3.4	Direito à intimidade, à vida privada e à inviolabilidade do domicílio e das correspondências e dados.....	211
6.3.5	Direito à liberdade .....	215
6.3.6	Liberdade de expressão .....	217
6.3.7	Liberdade religiosa.....	223
6.3.8	Liberdade de iniciativa e liberdade profissional .....	229
6.3.9	Liberdade de locomoção.....	231
6.3.10	Liberdade de reunião pública.....	234
6.3.11	Liberdade de associação.....	236
6.3.12	Direitos de propriedade e limites a sua restrição.....	237
6.3.13	Direitos políticos (votar, ser votado, participar e controlar).....	243
6.3.14	Direito à legalidade.....	249
6.3.15	Direito à isonomia .....	255
6.3.16	Direito ao devido processo legal processual e seus corolários.....	261
6.3.17	Direitos no âmbito da ação sancionadora estatal. Limites ao poder punitivo do Estado .....	268
6.3.18	Direito ao devido processo legal substantivo – proporcionalidade e razoabilidade .....	272
6.3.19	Direito à segurança .....	274
6.3.20	Direito à nacionalidade .....	287
6.3.21	Direito à informação e direito de petição.....	290
6.3.22	Direito de acesso ao judiciário e aos remédios constitucionais.....	292
6.3.23	Direitos dos trabalhadores.....	298
6.4	Direitos fundamentais e Ordem Social.....	301
6.5	Direitos sociais em espécie .....	306
6.5.1	Direito à educação .....	306
6.5.2	Direito à prestação de saúde .....	310
6.5.3	Direito à previdência social .....	314
6.5.4	Direito à assistência social .....	315
6.5.5	Direito à renda básica familiar.....	317
6.5.6	Direito a alimentação, moradia, transporte e lazer .....	320
6.5.7	Direito à segurança .....	322
6.5.8	Direito ao meio ambiente saudável .....	323
6.5.9	Direitos de grupos vulneráveis.....	324
6.6	Direitos fundamentais e a pandemia de Covid-19.....	328

<b>Capítulo 7 – Organização do Estado e a Federação Brasileira.....</b>	<b>333</b>
7.1 Conceitos preliminares .....	333
7.2 União .....	338
7.3 Estados .....	340
7.4 Distrito Federal .....	340
7.5 Municípios .....	342
7.6 Territórios federais.....	345
7.7 Distribuição de competências.....	346
7.7.1 Critérios de distribuição de competências .....	346
7.7.2 Bens .....	352
7.7.3 Competências político-administrativas.....	355
7.7.4 Competências legislativas.....	357
7.7.5 Competências tributárias.....	359
7.8 Poder Judiciário e federação.....	359
7.9 As competências em interação: alguns exemplos.....	361
7.10 Conflitos de competências na Federação e critérios de solução.....	366
7.10.1 Poderes implícitos, competências gerais e específicas e nacionais e locais .....	367
7.10.2 Conflito potencial entre Estado e Municípios: interesse local x interesse comum. Limites de cada competência. Regiões metropolitanas .....	370
7.11 Intervenção federal.....	374
7.12 A interpretação das competências federativas e controle social.....	377
7.13 A federação brasileira e a pandemia da Covid-19.....	381
<b>Capítulo 8 – Separação e Organização de Poderes.....</b>	<b>385</b>
8.1 Separação de poderes: breve evolução histórica e do pensamento político ....	387
8.2 Sistemas de governo (presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo) e controle do poder político .....	393
8.3 O presidencialismo brasileiro .....	398
8.4 Separação de poderes como cláusula pétrea: uma nota.....	403
<b>Capítulo 9 – O Legislativo Brasileiro.....</b>	<b>407</b>
9.1 Poder Legislativo.....	407
9.1.1 Câmara dos Deputados.....	409
9.1.2 Senado Federal .....	411
9.1.3 Legislativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	411
9.1.4 Regime jurídico dos parlamentares.....	413
9.1.4.1 Prerrogativas.....	413
9.1.4.2 Vedações.....	419
9.1.4.3 Perda do mandato .....	420

9.1.5	Poder Legislativo e suas competências.....	422
9.1.5.1	Competências normativas.....	423
9.1.5.1.1	Competências normativas com participação do Executivo .....	424
9.1.5.1.2	Competências normativas sem participação do Executivo (arts. 49, 51 e 52) .....	424
9.1.5.2	Competências de controle e fiscalização .....	426
9.1.5.3	Comissões Parlamentares de Inquérito.....	431
9.2	Tribunais de Contas.....	436
9.3	Processo legislativo.....	443
9.3.1	Iniciativa.....	445
9.3.2	Discussão e votação .....	450
9.3.3	Sanção/veto, promulgação e publicação .....	456
9.3.4	O controle judicial do processo legislativo .....	457
9.4	Espécies legislativas .....	458
9.4.1	Emendas constitucionais .....	458
9.4.2	Leis complementares e leis ordinárias.....	466
9.4.3	Leis delegadas.....	467
9.4.4	Medidas provisórias.....	468
9.4.5	Decretos legislativos e resoluções.....	471
<b>Capítulo 10</b>	<b>– Poder Executivo .....</b>	<b>473</b>
10.1	Poder Executivo: ingresso e garantias.....	476
10.1.1	Eleição e sucessão .....	476
10.1.2	Garantias .....	479
10.2	Poder Executivo: perda do mandato. O caso do <i>impeachment</i> .....	482
10.3	Competências .....	486
10.3.1	Introdução e reserva de administração.....	486
10.3.2	Competências normativas .....	488
10.3.3	Competências político-administrativas.....	490
<b>Capítulo 11</b>	<b>– Administração Pública .....</b>	<b>495</b>
11.1	Introdução: regime público e privado e suas recíprocas comunicações.....	495
11.2	Princípios e regras gerais da Administração Pública .....	498
11.2.1	Princípio da legalidade administrativa .....	499
11.2.2	Princípio da finalidade.....	502
11.2.3	Princípio da motivação .....	503
11.2.3.1	Motivação e direito administrativo sancionador .....	504
11.2.3.2	Motivação e análise de impacto regulatório .....	505
11.2.4	Princípios da segurança jurídica e da boa-fé .....	506
11.2.5	Autotutela e controles internos.....	507

11.2.5.1	LINDB: novos parâmetros .....	509
11.2.6	Princípio da impessoalidade .....	509
11.2.6.1	Licitações .....	512
11.2.6.2	Concurso público .....	514
11.2.7	Princípio da proporcionalidade .....	516
11.2.8	Princípio da moralidade .....	520
11.2.9	Princípio da publicidade .....	522
11.2.10	Princípio da eficiência .....	524
11.3	Agentes públicos .....	525
11.4	Uma nota sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividades econômicas .....	532
11.5	Uma nota sobre a responsabilidade civil do Estado .....	533
<b>Capítulo 12</b>	<b>– Poder Judiciário .....</b>	<b>537</b>
12.1	Função jurisdicional e Poder Judiciário: introdução .....	537
12.2	Organização do Poder Judiciário .....	544
12.2.1	Órgãos do Poder Judiciário e distribuição constitucional de competências .....	544
12.2.2	Justiça Estadual .....	547
12.2.3	Justiças da União .....	548
12.2.4	Justiça Eleitoral .....	548
12.2.5	Justiça do Trabalho .....	549
12.2.6	Justiça Militar .....	550
12.2.7	Justiça Federal comum .....	550
12.2.8	Superior Tribunal de Justiça – STJ .....	552
12.2.9	Supremo Tribunal Federal – STF .....	555
12.3	Princípios constitucionais de organização do Poder Judiciário .....	557
12.4	Princípios constitucionais de funcionamento do Poder Judiciário .....	558
12.5	Funções essenciais à justiça .....	560
<b>Capítulo 13</b>	<b>– Ordem Econômica, Tributação, Orçamento e Finanças Públicas ...</b>	<b>563</b>
13.1	Ordem econômica .....	563
13.1.1	Introdução: direito constitucional e ordem econômica .....	563
13.1.2	A ordem econômica na Constituição de 1988 .....	567
13.1.2.1	Fundamentos da ordem econômica .....	567
13.1.2.2	Princípios setoriais da ordem econômica (art. 170) .....	570
13.1.3	Agentes econômicos e seus papéis .....	575
13.1.3.1	Agentes privados .....	575
13.1.3.2	Agentes estrangeiros .....	577
13.1.3.3	Cooperativas .....	579
13.1.3.4	Terceiro setor .....	580

13.1.4	Estado .....	581
13.1.4.1	Modalidades de intervenção estatal na ordem econômica.....	582
13.1.4.2	Disciplina/regulação .....	584
13.1.4.2.1	A política urbana.....	585
13.1.4.2.2	A política rural .....	587
13.1.4.2.3	O sistema financeiro .....	589
13.1.4.3	Fomento.....	589
13.1.4.4	Atuação direta.....	592
13.2	Tributação .....	597
13.2.1	Introdução: direitos fundamentais, limites e possibilidades do Estado e Federação .....	599
13.2.2	Limitações ao poder de tributar.....	602
13.2.2.1	Limitações ao poder de tributar: proteção do contribuinte .....	603
13.2.2.2	Limitações ao poder de tributar: promoção de fins constitucionalmente relevantes .....	609
13.2.2.3	Limitações ao poder de tributar: federação.....	612
13.2.3	Competências legislativas em matéria tributária.....	613
13.2.4	Espécies tributárias e repartição federativa.....	615
13.2.4.1	Impostos e repartição das receitas tributárias.....	616
13.2.4.2	Taxas.....	621
13.2.4.3	Contribuições de melhoria .....	623
13.2.4.4	Empréstimos compulsórios .....	624
13.2.4.5	Contribuições .....	624
13.3	Orçamento e finanças públicas .....	629
13.3.1	Introdução .....	629
13.3.1.1	Orçamento, finanças públicas e direitos fundamentais das gerações presentes e futuras.....	629
13.3.1.2	Orçamento e controle de constitucionalidade.....	632
13.3.2	Sistema constitucional orçamentário .....	634
13.3.3	Sistema constitucional das finanças públicas.....	639
13.3.4	Orçamento, finanças públicas e o enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	643
<b>Capítulo 14 – Controle de Constitucionalidade.....</b>		<b>645</b>
14.1	Controle de constitucionalidade: introdução e breve histórico.....	645
14.2	Inconstitucionalidade: algumas classificações .....	649
14.2.1	Inconstitucionalidade formal e material.....	649
14.2.2	Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	651

14.2.3	Inconstitucionalidade originária, superveniente e processo de inconstitucionalização/inconstitucionalização progressiva.....	657
14.2.4	Inconstitucionalidade direta e indireta/reflexa.....	659
14.2.5	Constitucionalidade em tese/em abstrato e inconstitucionalidade em concreto .....	661
14.3	Modelos clássicos de controle judicial ou quase judicial de constitucionalidade e suas características .....	664
14.4	O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.....	676
14.4.1	O controle difuso e incidental.....	677
14.4.1.1	A reserva de plenário: art. 97 e a Súmula Vinculante nº 10 do STF.....	680
14.4.1.2	O STF, o recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante .....	682
14.4.2	Controle de constitucionalidade concentrado.....	692
14.5	Ações perante o STF.....	695
14.5.1	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI).....	695
14.5.2	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	704
14.5.3	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)..	706
14.5.4	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por omissão.....	711
14.5.5	Mandado de injunção (MI) .....	716
14.5.6	Representação interventiva.....	720
14.6	Controle concentrado no âmbito dos Tribunais de Justiça.....	721
14.7	Controle de constitucionalidade de emendas à Constituição.....	723
14.8	Controle de constitucionalidade: classificações (um esforço didático).....	727
14.8.1	Quanto à natureza do órgão de controle .....	728
14.8.2	Quanto aos órgãos judiciais competentes para o controle .....	729
14.8.3	Quanto ao modo como o controle é levado a cabo.....	730
14.8.4	Quanto ao momento do controle .....	732
14.8.5	Quanto à obrigatoriedade de haver controle.....	733
14.8.6	Quanto à eficácia da decisão de controle.....	734
14.8.7	Quanto ao objeto das decisões de controle de constitucionalidade.....	736
14.8.8	Quanto aos efeitos objetivos da decisão que declara norma inconstitucional .....	738
14.8.9	Quanto aos efeitos subjetivos da decisão que declara norma inconstitucional .....	741
14.8.10	Quanto aos efeitos no tempo da decisão que declara norma inconstitucional .....	746
14.9	Legitimidade do controle de constitucionalidade .....	748
14.10	Controle de constitucionalidade e interpretação constitucional.....	756
	<b>Referências.....</b>	<b>763</b>